

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2022

(Do Sr. Deputado Leo de Brito)

Solicita informações ao Ministério Cidadania sobre a compra de tratores com recurso de R\$ 89,8 milhões que deveria ser direcionado para mitigar o impacto da pandemia da Covid-19 em comunidades pobres.

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115 e 116 no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sejam solicitadas informações ao Ministério Cidadania sobre a compra de tratores com recurso de R\$ 89,8 milhões que deveria ser direcionado para mitigar o impacto da pandemia da Covid-19 em comunidades pobres.

JUSTIFICAÇÃO

Em 22 de maio, a Folha de São Paulo publicou que o governo destinou para a compra de tratores um recurso de R\$ 89,8 milhões que deveria ser direcionado para mitigar o impacto da pandemia da Covid-19 em comunidades pobres. Os equipamentos agrícolas viraram símbolo de clientelismo político na atual gestão.

Segundo a matéria, as movimentações na Cidadania para direcionar dinheiro para maquinários começaram em meados do ano passado, segundo relatos e documentos obtidos pela reportagem.

Em junho, o TCU autorizou que sobras de orçamento resultantes da transição do programa Bolsa Família para o Auxílio Brasil pudessem ser liberadas. A decisão atendeu pedido da pasta da Cidadania.



Mas o tribunal condicionou sua utilização. O dinheiro, diz o acórdão do TCU, "deverá ser direcionado exclusivamente ao custeio de despesas com enfrentamento do contexto da calamidade relativa à pandemia de Covid-19 e de seus efeitos sociais e econômicos e que tenham a mesma classificação funcional da dotação cancelada ou substituída".

Entretanto, o governo ignorou as duas coisas: os gastos não têm relação com a Covid e as compras são de investimentos, não de custeio. A relação entre as compras de tratores e o combate à Covid também tem sido questionada internamente por técnicos da pasta.

O crédito suplementar, de R\$ 90 milhões, veio em 3 de novembro, em portaria do Ministério da Economia. O recurso foi vinculado à ação orçamentária "20GD - Inclusão Produtiva Rural".

Para o professor Silvio Porto, da UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), o investimento é totalmente incoerente com as necessidades das famílias do CadÚnico e com as realidades locais.

"Há dispersão dessas famílias no município, o espaço agrícola que elas têm para produzir é muito pequeno [para uso dos maquinários]."

"Mesmo que houvesse espaço, há muitas outras coisas para fomentar a produção alimentar", disse ele, que é diretor de sistemas alimentares e agroecologia do Instituto Fome Zero.

Por todo o exposto, tendo em vista a relevância e gravidade dessa denúncia, faz-se necessário a busca das seguintes informações ao Ministério da Cidadania: i) quais foram os critérios estabelecido por esse ministério para a distribuição dessas máquinas aos Estados? ii) por qual motivo não foram mapeados os Municípios a serem contemplados com esses equipamentos? iii) a partir de agora, com qual recurso essa pasta irá fomentar as necessidades das famílias do CadÚnico?

Plenário, 30 de maio de 2022.

Dep. Leo de Brito
PT/AC

